

A oportunidade e os limites de uma história global de Portugal: mesa-redonda

The Opportunity and the Limits of a Global History of Portugal: A Roundtable

L'opportunité et les limites d'une histoire globale du Portugal: table ronde

Hermínia Vasconcelos Vilar, Jorge Flores e António Araújo



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/8255>

DOI: 10.4000/lerhistoria.8255

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 22 junho 2021

Paginação: 277-291

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

Hermínia Vasconcelos Vilar, Jorge Flores e António Araújo, «A oportunidade e os limites de uma história global de Portugal: mesa-redonda», *Ler História* [Online], 78 | 2021, posto online no dia 23 junho 2021, consultado no dia 30 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/8255> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8255>



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A OPORTUNIDADE E OS LIMITES DE UMA HISTÓRIA GLOBAL DE PORTUGAL: MESA-REDONDA

Herminia Vasconcelos Vilar

| CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal
| hmav@uevora.pt

Jorge Flores

| CIUHCT, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal
| jmflores@fc.ul.pt

António Araújo

| NOVA FCSH, Portugal
| aaaraujo@ffms.pt

277

Este artigo de debate reúne três reflexões críticas a propósito de um livro recente, dedicado à história global de Portugal, e de uma variedade de questões que o tema suscita.

Palavras-chave: história global, historiografia, história de Portugal.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

A publicação, em 2017, de uma *Histoire mondiale de la France* (Boucheron 2017) foi celebrada como um acontecimento editorial, visível no sucesso nas vendas e nas duas novas edições aumentadas lançadas logo em 2018. O livro foi também objecto de uma longa discussão, por vezes bastante polémica, no espaço mediático francês. A obra tinha a dupla ambição de propor uma leitura acessível da história nacional – com textos curtos, organizados de um modo cronológico e escritos numa linguagem simples – e de renovar em profundidade a visão tradicional do “romance nacional”, contrariando o “estreitamento identitário” em torno do objecto “história de França”. Esta história “mundial” foi lida do ponto de vista de um contexto político “nacional”, com uma controvérsia que se difundiu muito para lá do campo historiográfico ou académico. A partir de então, têm-se sucedido iniciativas editoriais similares em vários outros países.

É esse também o caso da novíssima *História Global de Portugal*, publicada com a chancela do Círculo de Leitores e da Temas & Debates,

sob a direcção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (doravante, HGP 2020). Ainda que porventura menos radical nas suas escolhas e menos arrojada na reivindicação de uma ruptura com a tradição historiográfica portuguesa, a obra segue, nas suas linhas gerais, o modelo da edição francesa. Trata-se, pois, de uma obra colectiva, envolvendo mais de 80 especialistas, responsáveis por um total de 93 artigos, os quais consistem em pequenas sínteses (menos de 2000 palavras) sobre datas/temas que remetem indistintamente para a história política, cultural, económica ou científica. Os textos estão distribuídos por cinco blocos, seguindo um critério de periodização tradicional, a saber, Pré- e Proto-História, Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Época Contemporânea. Cada uma destas secções abre com uma introdução do coordenador responsável – respectivamente João Luís Cardoso, Carlos Fabião, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Cátia Antunes e António Costa Pinto –, ao que se seguem os artigos da época em causa, ordenados cronologicamente, cada um deles identificado sempre por uma data e um título que resume o seu significado.

O objectivo anunciado da obra é o de colocar a história de Portugal e do seu império em perspectiva global. Num duplo sentido, isto é, contemplando, por um lado, os acontecimentos da história portuguesa que tiveram um alcance global ou que, ao menos, ultrapassaram as fronteiras do país; como exemplos, refiram-se títulos como “1434 – Passagem do Bojador e a abertura de novos horizontes” ou “1966 – Eusébio, o lusotropicalismo e a globalização dos ídolos desportivos”. Mas contemplando também, por outro lado, e em sentido inverso, o modo como Portugal participou em acontecimentos ou dinâmicas que traziam uma raiz externa; por exemplo, “1509 – O arroz em Santarém e a globalização dos produtos alimentícios” ou “1727 – A Maçonaria chegou a Portugal”.

Um livro e um projecto editorial desta natureza e com esta relevância suscitam necessariamente várias questões. Algumas são de ordem mais geral e vêm já, aliás, sendo objecto de intenso debate dentro da disciplina nos últimos 15-20 anos, tais como, e desde logo, o que se entende por história global, qual o significado teórico e metodológico desta “etiqueta”, qual a sua pertinência como modelo analítico e interpretativo da história, ou como aplicá-la concretamente à selecção e, depois, à própria interpretação de acontecimentos e processos históricos. Isto leva-nos para outras questões que se prendem mais especificamente com este livro. Por exemplo, qual a relevância das datas e acontecimentos seleccionados tendo em vista o propósito geral da obra, quais os que eventualmente estão em falta (ou os que estão “a mais”), até que ponto os autores os trataram numa perspectiva “global”, e que balanço, afinal, se pode fazer da contribuição de Portugal

para a história global e vice-versa, agora que dispomos deste livro. Em suma, a sua publicação desafia-nos a discutir qual é a oportunidade, o alcance e os limites de uma história global de um país, seja em termos conceptuais, seja na sua aplicação concreta ao caso português numa cronologia que se estende desde 240 000 a.C. até 2011 d.C.

Para discutir estas e outras questões, a *Ler História* convidou três historiadores com sólida experiência e variados interesses temáticos e cronológicos de investigação: Hermínia Vasconcelos Vilar, Jorge Flores e António Araújo – respectivamente, uma medievalista, um modernista e um contemporanista (os autores perdoarão esta classificação algo redutora). São as suas reflexões críticas que aqui se juntam, em jeito de mesa-redonda virtual, neste artigo de debate que, desejavelmente, vai para além da obra que lhe serve de pretexto.

1. Uma história global que se questiona e que é questionada (Hermínia Vasconcelos Vilar)

Quando Patrick Boucheron apresentou a *Histoire mondiale de la France* (2017), obra cuja coordenação foi assegurada por um conjunto de quatro historiadores, aquele autor não se limitava a apresentar uma nova obra, discutível como os meses seguintes viriam a demonstrar, mas dava, também, início a um conjunto de publicações, replicadas deste primeiro exemplo, e que surgiriam nos anos seguintes, a partir de outros espaços europeus. O autor realçava então, como eixos norteadores e justificativos da obra, a ambição política do volume, a defesa de uma concepção pluralista da história face à limitação identitária dominante no debate público para realçar que “la France n'existe pas séparément du monde” embora “le monde n'a jamais la même consistance pour la France” (Boucheron 2017, 13). A estas orientações, Boucheron juntava ainda o desejo partilhado pelos responsáveis de elaboração de uma história acessível e aberta dirigida a um público alargado. Os anos seguintes viriam a demonstrar o êxito do modelo avançado em 2017. Outros espaços europeus dinamizaram também as suas histórias mundiais, como foi o caso da Itália, da Espanha, e mais recentemente de Portugal.

Em 2020 uma história global (e não mundial) de Portugal foi publicada sob a direcção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva e coordenada por um conjunto de cinco reconhecidos historiadores especializados em diferentes cronologias. A coincidência ou melhor a sequência temporal destas publicações não é um acaso. Por um lado, o debate em torno das implicações da globalização a diferentes níveis e os receios motivados

pelos custos sociais destes processos suscitou reações diversas nas sociedades europeia e americana, trazendo para a discussão política e mesmo para a reflexão historiográfica a necessidade de equilibrar os interesses locais com o imparável processo de globalização económica. Por outro, recorrendo ao conceito de mundial ou de global, o surgimento destes volumes enquadra-se nas discussões e reflexões que têm pontuado as últimas décadas sobre o que se entende por história global, bem como sobre as implicações da mesma na revisão das metodologias e dos inquéritos em torno da investigação em história. As quais estiveram na base de uma numerosa e prolífica produção e mesmo do surgimento de periódicos especializados como é o caso do *Journal of Global History*, bem como do mais recente *Medieval Globe*.

Os recentes números especiais da revista *Past & Present* dedicados à história global,¹ ou publicações como *The Prospect of Global History* (Belich *et al.* 2016), sem descurar as discussões protagonizadas por Jeremy Adelman (2017) e Drayton e Motadel (2018), indicam que esta é ainda hoje objecto de debate, embora os parâmetros desse mesmo debate tenham evoluído no confronto com a aplicação do conceito de história global a diferentes cronologias históricas. Ancorada na necessidade de ampliar o quadro identitário ligado ao estado-nação enquanto unidade referencial de investigação ou, no dizer de Sanjay Subrahmanyam (2014, 23), na necessidade de ultrapassar o “*récit égoïste*” da história, ou seja, da história cujo centro é “*la famille, le clan, l’ethnie, puis la ville, la patrie ou la région d’appartenance, enfin – et surtout, à partir des dernières années du XVIIIe siècle – l’état-nation*”, a história global tendeu a valorizar os processos expansionistas protagonizados pelos reinos europeus, em particular a partir do século XVI, como critério seminal para o seu desenvolvimento. Ultrapassar esta visão eurocêntrica da história global foi essencial para se compreender como esta, tal como refere Sebastian Conrad (2019, 23), enquanto “instrumento heurístico que permite ao historiador colocar perguntas e gerar respostas que são diferentes das formuladas por outras abordagens”, permitia reconhecer e identificar processos globais em cronologias mais recuadas e articular diferentes escalas de análise, mesmo quando aplicadas a cronologias anteriores a 1500. Da mesma forma, a ultrapassagem desta visão eurocêntrica foi e é, igualmente, central para entender a multi-centralidade do mundo anterior a 1500, no qual, nas palavras de Catherine Holmes e Naomi Standen (2018, 19) a “*western Europe was, at best, one region among many*”, assim como os limites de uma visão cronológica limitada a estreitas periodizações.

¹ Intitulados, respectivamente, “*The Global Middle Ages*” (ed. Holmes e Standen 2018) e “*Global History and Microhistory*” (ed. Ghobrial 2019).

É, assim, no quadro de uma história global que se questiona e que é questionada que a presente obra se insere. O conjunto de textos que a compõe descreve uma viagem de cronologia longa, entendida entre o período identificado como Pré-História e Proto-História até à Época Contemporânea. Textos que, apesar das diferenças entre autores e temas propostos, sempre obrigatórias numa obra com esta amplitude e abrangência, se apresentam como capítulos de síntese, bem elaborados, claros e com bibliografia atualizada. E refiro-me em particular aos artigos que incidem sobre uma cronologia longa que aqui se encontra dividida entre a Antiguidade e os primeiros séculos da Época Moderna. É sobre eles que me irei deter com um pouco mais de atenção, sem esquecer o contributo e a visão geral que uma obra desta envergadura implica.

Tomando como referencial Portugal, o objectivo do volume, segundo os seus coordenadores, é: “oferecer um conhecimento crítico, mediante um exercício de síntese analítica, que permita produzir uma visão de conjunto da história que, tendo tido a sua génese no território português ou por ele tendo passado, estimulou os processos de encontro e desenvolvimento do mundo global hodierno” (HGP 2020, 18-19), ou seja, definir um jogo de escalas e de temporalidades, o qual, continuam os coordenadores, pretendem descentrado da “óptica nacional”. Para tal, a obra foi dividida em cinco partes correspondentes a uma periodização cronológica linear que reenvia o leitor para as tradicionais divisões entre Pré-História e Proto-História, Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Época Contemporânea. A este nível, a *História Global de Portugal* não propõe uma organização interna própria, resultante de uma reflexão sobre o devir histórico, como aconteceu, em particular, no caso das edições congêneres de França e de Espanha, nas quais esta obra aliás se inspira, mas recorre a uma periodização cronológica marcadamente eurocêntrica e hoje questionada.² Neste ponto teria sido importante o aduzir de uma explicitação sobre a opção tomada, tanto no que respeita à escolha pela periodização cronológica como aos limites temporais estabelecidos e utilizados para cada período.

Previsivelmente, cada uma destas partes apresenta diferentes dimensões: 5 textos para a Pré-História e Proto-História; 14 textos para a Antiguidade aqui balizada entre 218 a.C.-19 a.C. e a segunda metade do século VI; 20 textos para a Idade Média com datas que se estendem de 711 a 1415; 31 textos para a Época Moderna entre 1425 e 1807; e 23 artigos para o período subsequente até 2011. Embora esta divisão numérica pouco possa

² Refiro-me em particular à tensão entre Idade Média e Modernidade – ver Davis (2017) e Jones, Kostick e Oschema (2019).

aduzir por si só, ela não deixa de ser importante na hora de compreender a organização interna da obra. Cada uma das partes é iniciada por uma introdução redigida pelos coordenadores sectoriais. Naquelas são explicadas as datas escolhidas, mas sobretudo o quadro subjacente às opções tomadas. Tal como é referido por Bernardo Vasconcelos e Sousa na introdução ao período medieval, “qualquer escolha é sempre marcada pela subjectividade, e outros tópicos poderiam merecer também atenção” (HGP 2020, 158), pelo que indicar ausências é algo desnecessário e redutor.

Cabe, contudo, realçar que a história política não surge como o único referencial presente para o estabelecimento dos temas. Se a movimentação de povos desde a ocupação romana às migrações dos povos germânicos e aos efeitos da expansão islâmica é um momento-chave na afirmação de como os movimentos populacionais e militares de âmbito mais global se repercutiram na Península Ibérica e em particular no território que viria a ser Portugal, também a circulação de saberes e de bens é entendida como um fenómeno que ampliava as conexões e as interligações entre espaços, numa cronologia que antecipa o que Cátia Antunes, na introdução que redigiu para a parte correspondente à Época Moderna e que constitui, aliás, um texto particularmente interessante e sugestivo, define como sendo os “momentos em que Portugal foi iniciador de desenvolvimentos globais, mas também outros em que seguiu dinâmicas globais provocadas por outros actores” (HGP 2020, 294).

Justifica-se assim a atenção dada à universidade, à circulação dos modelos de escrita, mas também ao comércio como elemento de integração económica de Portugal nas redes europeias do tráfego comercial e ao fenómeno religioso, em particular à expansão das ordens religiosas, processo que já no início dos anos 1990 era identificado, numa obra polémica, como sendo um dos elementos centrais no processo de construção da Europa e um instrumento na “europeização” dessa mesma Europa (Bartlett 1993). Significativamente, um dos últimos textos da parte dedicada ao período medieval centra-se na análise da Peste Negra, fenómeno “quase” global no dizer da autora (Maria Helena da Cruz Coelho) que, desta forma, enfatiza os processos de interacção e de comunicação que uniam o mundo ou uma parte do mundo neste período. Aljubarrota e a conquista de Ceuta, acto, aqui considerado como seminal de um processo expansionista, mas integrado nas lógicas mentais e ideológicas de um longo século XV medieval, encerram esta parte. Os textos que se seguem, centrados no século XV, dão particular relevo ao processo expansionista. Sem dúvida que um de entre os muitos desafios com que esta obra se deparava se ligava à integração do fenómeno da expansão na economia do volume. Central no discurso historiográfico português, o fenómeno da expansão não nos deve fazer esquecer a neces-

sidade de articular escalas e espaços. No caso vertente, o século XV surge praticamente limitado ao processo da expansão, opção que não deixa de ser redutora e que não encontra paralelo nos restantes capítulos dedicados aos séculos subsequentes, ou seja, aos séculos XVI, XVII e XVIII e nos quais essa interacção de escalas e de espaços está presente.

Estamos, pois, perante um projecto ambicioso, dirigido, coordenado e redigido por diferentes autores de reconhecido mérito. Da sua leitura ressaltam sugestões e, sobretudo, o desafio de continuar a pensar as escalas, as temporalidades e os processos de inter-relação em que a história de Portugal sucessivamente se integrou.

2. Um desafio crucial é o da compaginação do nacional com o global (Jorge Flores)

Dirigida por três reputados académicos com formação e produção diversas, esta é uma das primeiras histórias de Portugal – a segunda, se não erro – a ser publicada no nosso país no século XXI. A primeira reflexão que a *História Global de Portugal* me suscita prende-se justamente com a necessidade de a situar numa longa e rica genealogia de histórias de Portugal que remonta ao século XVI e ao padre Fernão de Oliveira. Naturalmente que, ao contrário desta última, nem todas as obras do género que se escreveram desde então tiveram uma “função política” (Franco 2000). Mas é lícito afirmar que as histórias de Portugal constituem espelhos do tempo em que são escritas e, bem assim, de modos específicos de pensar e fazer a história. A presente obra não constitui excepção, pela forma como reflecte alguns dos avanços historiográficos das últimas décadas, e marcada que é pela adopção de um ângulo global que acompanha os debates da nossa era.

A maioria daqueles que, nos últimos dois séculos, abraçaram tais empresas historiográficas (de Herculano e Pinheiro Chagas a Veríssimo Serrão e Oliveira Marques, entre vários outros) encararam-nas como trabalho de um historiador só. Mas a partir do ocaso do século XX, e nomeadamente com a história de Portugal dirigida por José Mattoso, assumiu-se que tal era tarefa para vários historiadores, de acordo com competências cronológicas e temáticas específicas. A *História Global de Portugal* segue este princípio, já que se reparte por cinco nexos temporais que se estendem da Pré-História à Época Contemporânea e cuja coordenação é confiada a outros tantos historiadores portugueses. Estes, para além de assinarem uma breve introdução ao respectivo bloco cronológico, ter-se-ão seguramente ocupado da selecção de temas e colaboradores, em articulação com os directores da obra.

Há um irónico desencontro entre a escassez de crítica especializada relativa às histórias de Portugal publicadas nas últimas décadas e a sua aparentemente ampla aceitação popular. Se, de um lado, resulta notória a dificuldade sentida pelas revistas de história em manterem vivas as páginas que dedicam à publicação de recensões críticas, é certo que, do outro, não há lar português que não exiba orgulhosamente os muitos e grossos volumes da história de Portugal de Mattoso. Obra de volume único, a *História Global de Portugal* tem atributos suficientes para despertar interesse para lá da academia. O título, numa época em que tudo é global, desperta obviamente curiosidade. Uma vez transposta a capa, encontramos quase uma centena de curtos textos temáticos, confiados a um total de cerca de 80 autores e desprovidos de uma estrutura rígida que nos force a ler tudo, e por uma certa ordem. Esta fragmentação não é isenta de riscos, mas favorece o vaguear do leitor pela obra, porquanto possibilita uma leitura *à la carte* e incentiva um regresso cíclico ao volume. Neste particular, a obra traz indubitavelmente à memória a magnífica série de *World Readers* da Duke University Press.

As duas âncoras da *História Global de Portugal* são o instante e o acontecimento. Cada um dos seus textos tem como objecto um evento ou um fenómeno inscritos no tempo breve, ou brevíssimo, sendo que esta cronologia fina é obviamente mais fácil de observar da Idade Média em diante. Tal opção seria altamente improvável se acaso nos encontrássemos ainda na maré alta da chamada escola dos *Annales*. Mas sucede que a velha *histoire événementielle* cedeu o passo à nova história política, rica de perspectivas e instrumentos. A utilização de um simples ano enquanto catalisador de investigação histórica de longo alcance no que respeita à geografia, aos temas e aos problemas é um modo eficaz de análise e de escrita a que proeminentes modernistas têm deitado mão. Penso sobretudo em John Wills (2001) e em Peter Sahlins (2017) que, com agendas de trabalho muito diversas, se dedicaram a exercícios de história global (o primeiro) e nacional (o segundo) a partir de um ano preciso do século XVII: 1688 e 1668, respectivamente.

Textos há na obra em apreço que dão primazia ao Portugal no mundo, enquanto outros se inclinam para o mundo em Portugal. Certas contribuições incidem sobre temáticas ligadas à globalização, ao passo que outras abordam a recusa do globalismo. Há autores interessados em acentuar conexões, sendo que outros se guiam pelo paradigma difusionista. Como leitor informado, mas desconhecedor de muitos dos assuntos tratados, considero que alguns dos mais estimulantes artigos se encontram nos dois blocos iniciais, anteriores à nacionalidade propriamente dita. Entre a quase centena de textos incluídos na *História Global de Portugal*, nem todos “são” história global,

ainda que, em bom rigor, os historiadores que há algum tempo se interessam por este domínio e método saibam bem que não existem receitas únicas e que certos debates constituem becos sem saída.

Uma obra com as características desta *História Global de Portugal* coloca seguramente vários desafios. Desde logo porque se trata de uma obra em *franchising*, cuja “patente” pertence a Patrick Boucheron. De facto, foi a sua *Histoire mondiale de la France* (Boucheron 2017) que inaugurou o formato, dando origem a uma acesa discussão em França e abrindo caminho à organização de obras idênticas noutros países europeus. Destacam-se a Itália, cuja *storia mondiale* inclui mesmo um prefácio do “criador” (Giardina 2018), e a Espanha (Núñez Seixas 2017). A *História Global de Portugal* – global e não mundial, como as demais, pormenor não despidendo – adopta modelo idêntico. Era possível, ou desejável, fazer diferente? Substituir, por exemplo, a periodização tradicional pela análise de certos temas e fenómenos globais no tempo longo? Talvez um dia se possa renunciar às cesuras clássicas impostas pela sucessão de “idades”.

Desafio crucial é o da compaginação do nacional com o global. É certo que, a fim de não “levitar”, a história global necessita de um lugar. A nação, e/ou o estado-nação, pode constituir um desses lugares, ainda que seja possível equacionar alternativas porventura mais interessantes: a cidade, por exemplo, ou até o indivíduo, num registo próximo da micro-história global. A história global tem-se desenvolvido em boa parte como reacção às histórias nacionais e a convivência de ambas nem sempre é pacífica. Lidamos, de algum modo, com a quadratura do círculo. Salvaguardada a óbvia diferença de escala, e para usar uma metáfora espacial, a contradição assemelha-se um tanto à corrida ao espaço entre o início da exploração da Lua nos anos de 1960 e a actual exploração de Marte: um projecto global, que representa verdadeiramente a Humanidade, mas ainda assim profundamente nacional, ou até imperial. Perguntar-se-á, com um misto de surpresa e ironia, se uma história global nacional não poderá ela própria contribuir para a reificação de certos paradigmas históricos nacionais, quando não de paradigmas políticos nacionalistas. Basta atentar no que sucedeu no resto da Península Ibérica a propósito da produção destas histórias globais: em 2018, no mesmo ano em que foi publicada a *Historia mundial de España*, cujo coordenador não se cansa de pôr a tónica nas “Espanhas”, saiu dos prelos uma *Història mundial de Catalunya*, em catalão (Riquer 2018).³ Corremos assim o risco de regressar ao século XVI e a Fernão de Oliveira.

³ Para uma discussão crítica destas duas obras no contexto das relações entre história global e nacional, ver Dalmau e Luengo (2020).

À tensão entre nacional e global acresce o crónico desequilíbrio entre “the West and the Rest”. Atendendo ao que se publicou entre 2017 e 2020, estarão estas histórias globais condenadas a constituir um exercício essencialmente europeu? Estaremos nós a contribuir para o perpetuar de uma narrativa eurocêntrica, outro dos problemas que a história global se propõe enfrentar? E como serão um dia as histórias globais de países como a China ou a Turquia, colossos imperiais habituados a fazerem uso da “função política” da história? Reputo estes temas de fundamentais. O debate sobre a história global vai chegando a Portugal e a presente obra constitui um importante contributo nesse sentido. Na introdução ao volume, os seus três responsáveis providenciam uma breve e competente apresentação das dinâmicas da história global (pp. 13-19), que deve ser complementada com a leitura da recente tradução portuguesa de um livro seminal sobre o assunto (Conrad 2019). Infelizmente, e dada a rigidez e orientação dos *curricula*, a história global não deverá ter grande impacto na universidade portuguesa ou, para ser justo, no sistema universitário de muitos outros países. Aliás, a considerável volatilidade dos paradigmas nos nossos dias faz com que já se discuta a morte da história global e se busque “the next big thing”.⁴

3. Portugal no mundo ou o mundo em Portugal? (António Araújo)

A genealogia mais próxima da história global haverá de buscar-se na ruptura com a historiografia tradicionalmente ordenada à glorificação de projectos nacionais ou até mesmo nacionalistas. A história global surge na confluência daquilo a que se poderia designar por “grandes sínteses” historiográficas mais recentes, em relativa sintonia, nem sempre consciente, mas evidente, com o que Quentin Skinner (1990) chamou o “regresso da grande teoria nas ciências humanas”. Trata-se de obras que procuram, de certo modo, romper com a linha da “micro-história” de tendência pós-moderna e que não temem elaborar “grandes sínteses” ou “grandes narrativas”, em volumes de muitas páginas, geralmente orientados para o “grande público”, e com uma clara vocação não-académica. Isso ocorre no domínio das grandes biografias, hoje muito em voga, mas também nas visões panorâmicas que encontramos, por exemplo, nos trabalhos de Felipe Fernández-Armesto (1995), de Jared Diamond (2015), de Simon Schama em vários dos seus livros, ou de Nial Ferguson (2012), apenas para citar alguns nomes e títulos. De resto, já um Fernand Braudel (1995), no seu estudo sobre o Mediterrâneo de Filipe II, ou Vitorino Magalhães Godinho,

4 Reporto-me à controvérsia entre Jeremy Adelman (2017) e Richard Drayton e David Motadel (2018).

com a noção de “complexo histórico-geográfico”, tiveram a intuição clara da necessidade de ultrapassar as fronteiras limitadas e estreitas dos estados-nação para a compreensão correcta de fenómenos históricos mais vastos e interdependentes.

Deve notar-se, por outro lado, que a história global, que tem já uma teorização elaborada (veja-se, por exemplo, Conrad 2019) e que reclama foros de autonomia académica, com associações e revistas especializadas, surge também numa altura em que se assiste a uma quase hegemonia dos estudos pós-coloniais, com os quais ela não entra em declarada ruptura, mas constitui, até certo ponto, uma tentativa de resposta. Na verdade, enquanto os estudos pós-coloniais implicam, ou podem implicar, uma revisitação crucial e dolorosa do passado de cada estado-nação, a história global é, ao invés, tendencialmente “optimista”, pois conduz, quase sempre, a uma valorização de aspectos universalistas e dialógicos desse passado. A história global será, assim, a via que permite às narrativas historiográficas de cada povo eximir-se, na medida do possível, àquilo a que já chamaram o “remorso do homem branco” ou a “repentance coloniale”, para citar os títulos de dois famosos e controversos livros de Pascal Bruckner (1995) e de Daniel Lefeuvre (2006), respectivamente.

É neste contexto que devemos saudar o programa historiográfico desta obra, coordenada por José Eduardo Franco, José Pedro Paiva e Carlos Fiolhais, a qual não obscurece a violência intrínseca de muitos relacionamentos interculturais, mas também não fica refém de uma retórica culpabilizadora e, pior ainda, unilateralmente culpabilizadora. Basta atentar na breve nota constante da contracapa para se notar a preocupação de equilíbrio – um equilíbrio difícil, diga-se – que os coordenadores procuraram alcançar. Fizeram-no, aliás, por outra via, igualmente bem conseguida: com apoio em cinco coordenadores, um para cada período histórico, reuniram uma enorme diversidade de contribuições – e esse pluralismo confere à obra, sem perda de coerência, um carácter polifónico que a resgata, por completo, do risco de ser apropriada por uma visão historiográfica em detrimento da outra.

É certo que devemos questionar-nos em que medida falar de uma história global de Portugal não será uma contradição nos termos, no sentido em que história verdadeiramente “global” só há uma, a do planeta como um todo, e que, a partir do momento em que o referente é o estado-nação – neste caso, o estado-nação português – teremos, quando muito, uma “história de Portugal no mundo” (ou “do mundo em Portugal”), mas não uma verdadeira e própria história global de Portugal. A questão não é meramente semântica. Uma história global autêntica é aquela em que, para cada período em análise, se convoca tudo quanto está sucedendo no

mundo nesse período ou, mais precisamente, todas as interações e dinâmicas presentes e em movimento numa dada baliza temporal. Veja-se, a este propósito, aquele que é, porventura, o paradigma da *world history*, o livro de Christopher Bayly (2004).

Além do mais, é extremamente difícil erigir o “global” como padrão uniforme, assumindo-o como escala e métrica única para toda uma evolução histórica de um país ou de um povo (ou até, talvez melhor, de um dado espaço geográfico, antes de ser sequer um país e de constituir-se em povo). É que, nos vários séculos da história de Portugal, terá havido períodos mais “globais” do que outros, épocas de plena inserção no mundo, com o tempo da expansão à cabeça, e outros em que o “globalismo”, por assim dizer, foi quase nulo ou inexistente. Dir-se-á que, de uma forma ou doutra, e apesar da nossa condição periférica, o exterior, o estrangeiro esteve sempre presente entre nós, sob as mais diversas formas. Isso é certo e insofismável, mas nada disso comprova que o “global” tenha estado presente da mesma forma em todos os períodos da nossa história. Mais ainda, não só o nível quantitativo como o perfil qualitativo da globalização não foi uniforme ao longo do tempo. Assim, e por muito que insistiam que Portugal foi “pioneiro da globalização” ou que Lisboa era uma “metrópole global” no tempo da expansão, tudo isso poderá ser verdade, o que não é verdade é que a globalização de há 500 anos seja a mesma dos nossos dias. Daí que o risco de anacronismo seja muito grande se julgarmos que a globalização foi a mesma ao longo do tempo, só variando, quando muito, de ritmo e intensidade. O que a globalização contemporânea demonstra é que ela não é só mais intensa e profunda do que a do passado, é mais do que isso, tem uma natureza diversa e é intrínseca e qualitativamente diferente.

Como se vê, pôr de pé uma obra como esta *História Global de Portugal* é um empreendimento difícil, por várias razões. Em primeiro lugar há, desde logo, o risco de o “global” ser utilizado como enaltecimento espúrio de uma narrativa ou de uma mitologia nacionais, forçando a nota de que era “global” antes de o ser ou sustentando-se que um dado país, como Portugal, tinha um programa “universalista” e de “diálogo”, quando isso não resultou de uma orientação deliberada das elites que nos conduziram para a expansão. Em segundo lugar, há também o risco de se tomar por “global” realidades que são de outra natureza, revestindo-se de um carácter internacional mas não necessariamente global. Por exemplo, o movimento abolicionista da pena de morte pode ter-se estendido por vários países e adquiriu, sem dúvida, um carácter internacional, mas não tem uma dinâmica verdadeiramente planetária: por exemplo, o Brasil ainda tem *de jure* pena de morte, há 74 estados no mundo que a possuem e mesmo países como o Reino Unido ou

França só a aboliram numa fase muito tardia, que pouco teve que ver com a vaga de abolicionismo oitocentista em que Portugal se inseriu. Em terceiro lugar, há o risco de pensarmos a globalização como um fenómeno estático e uniforme ao longo do tempo, quando, na realidade, ela sofreu mutações profundas, sobretudo por influxo nas mutações da tecnologia que lhe serve de suporte. Em quarto lugar, há ainda o risco de pensarmos que a posição de cada estado ou de cada espaço geopolítico foi, em face da globalização, ou das várias globalizações, também ela estática e uniforme ao longo do tempo, quando, na verdade, o nosso posicionamento em face das dinâmicas globais mudou extraordinariamente ao longo do tempo, como mudou, ou está a mudar, o estatuto do espaço em que nos inserimos.

Em quinto e último lugar, e este talvez seja o ponto decisivo, resta saber em que medida a história foi, ela própria, “global”, ou, se quisermos, se o mundo não será verdadeiramente “global” apenas no nosso tempo. Assim, se o pretendermos aplicar ao passado, ao passado anterior ao século XX e sobretudo ao século XXI, o conceito de “global” tem de ter um alcance diferente: para os portugueses da Idade Média ou do tempo das Descobertas, “global” era aquilo que correspondia ao mundo então conhecido, ou seja, o conceito de “global” corresponde a um espaço que nasce da perspectiva de quem o observa, não é algo objectivo e universalmente partilhado. Basta atentar nas diferentes representações cartográficas do mundo, do Ocidente, de um lado, ou do Oriente, do outro, ou basta pensarmos como seria o mundo para um africano do século XV ou para um aborígene australiano do século XVI para concluirmos que a percepção do que era “global”, do que era o mundo e o universo conhecido, variava enormemente. Ora, julgarmos que o “mundo” do século XVI era o mundo que nós, portugueses ou europeus, conhecíamos, é um erro de perspectiva tão grande como julgar que o planisfério tem necessariamente por centro a Europa. O “mundo”, na história dos homens, não é objectivo ou naturalizado, é uma construção ou uma ideia que resulta da percepção de cada qual, decorrente dos seus conhecimentos e capacidades científicas, mas também das suas superstições e sistemas de crenças. Afirmar que o espaço em que os portugueses se moviam no século XVI era o “mundo” significa, uma vez mais, resvalar num defeito de visão, num preconceito eurocêntrico. A Europa e a África, o Brasil e a Índia, a China, até o Japão, poderiam ser o “mundo” dos portugueses e dos europeus, mas não eram o “mundo”, o “global”, dos africanos ou dos indianos, dos chineses ou dos japoneses.

Em suma, fazer uma história global de Portugal não é, de modo algum, uma contradição nos seus termos. Pelo contrário, essa é a única forma que temos de projectar no passado o conceito de “global”, não como um conceito

unívoco, mas como conceito plural e diverso, que varia de acordo com o ponto de vista do observador: “global”, no século XVI de Portugal, era o modo como Portugal percepcionava e apreendia o mundo por si conhecido ou intuído e suspeitado. É certo que o horizonte se alargou enormemente nos nossos dias, fazendo com que o conceito de “mundo” seja hoje muito mais global, universal ou mundial do que outrora, fazendo com que o “mundo”, para um africano, seja agora o mesmo, ou praticamente o mesmo, do que o “mundo” para um europeu ou americano.

Em face de todas estas dificuldades epistemológicas e metodológicas, o que se pode dizer, numa apreciação geral, ou global, é que os contributos que integram este livro souberam cumprir exemplarmente as premissas anunciadas no preâmbulo. Em quase 100 textos de autores diversos, há naturalmente uns que, melhor do que outros, conseguem evitar resvalar no anacronismo ou no eurocentrismo, mas, além de pioneira, esta *História Global de Portugal* alcança um notável equilíbrio – de resto, difícil e precário – entre as diversas perspectivas das suas dezenas de autores e permite, sobretudo ao leitor não especializado, tomar consciência dos fluxos e das dinâmicas externas que condicionaram o país ao longo de séculos, bem como da forma como Portugal, pese a sua condição historicamente periférica, tem conseguido deixar a sua marca num mundo que, sendo hoje mais global do que nunca, ainda não se libertou do que pior existiu nos tribalismos e nos nacionalismos de outrora.

■ Referências

- Adelman, Jeremy (2017). “What is Global History Now?”. *Aeon* (<https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>).
- Bartlett, Robert (1993). *The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change, 950-1350*. London: Princeton University Press.
- Bayly, Christopher (2004). *The Birth of the Modern World: Global Connections and Comparisons, 1780-1914*. London: John Wiley and Sons, Ltd.
- Belich, James *et al.* (eds) (2016). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press.
- Boucheron, Patrick (dir) (2017). *Histoire mondiale de la France*. Paris: Seuil.
- Braudel, Fernand (1995). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. 2 volumes. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bruckner, Pascal (1995). *O Remorso do Homem Branco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Conrad, Sebastian (2019). *O que É a História Global?* Lisboa: Edições 70.
- Dalmáu, Pol; Luengo, Jorge (2020). “Historia global e historia nacional: una relación insalvable?”. *Ayer: Revista de Historia Contemporánea*, 120 (4), pp. 311-324.
- Davis, Katheleen (2017). *Periodization and Sovereignty. How Ideas of Feudalism and Secularization Govern the Politics of Time*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Diamond, Jared (2015). *Colapso. Ascensão e Queda das Sociedades Humanas*. Lisboa: Gradiva.
- Drayton, Richard; Motadel, David (2018). “Discussion: The Futures of Global History”. *Journal of Global History*, 13, pp. 1-21.
- Ferguson, Nial (2012). *Civilização. O Ocidente e os Outros*. Porto: Livraria Civilização Editora.

- Fernández-Armesto, Felipe (1995). *Milénio. A História dos Últimos 1000 Anos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fiolhais, Carlos; Franco, José Eduardo; Paiva, José Pedro (dir) (2020). *História Global de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores/Temas e Debates
- Franco, José Eduardo (2000). *O mito de Portugal: a primeira história de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora.
- Ghobrial, John-Paul A. (ed) (2019). *Global History and Microhistory*, special issue. *Past & Present*, 242 (suppl. 14), pp. 1-383.
- Giardina, Andrea (ed) (2018). *Storia mondiale dell'Italia*. Roma: Laterza.
- Holmes, Catherine; Standen, Naomi (ed) (2018). *The Global Middle Ages*, special issue. *Past & Present*, 238 (suppl. 13), pp. 1-441.
- Jones, Chris; Kostick, Conor; Oschema, Klaus (2019). "Why Should We Care about the Middle Ages? Putting the Case for the Relevance of Studying Medieval Europe", introduction to *Making the Medieval Relevant*. Berlin, Boston: De Gruyter, pp. 1-30.
- Lefeuve, Daniel (2006). *Pour en finir avec la repentance coloniale*. Paris: Flammarion.
- Núñez Seixas, Xosé M. (ed) (2018). *Historia mundial de España*. Barcelona: Destino.
- Riquer, Borja de (ed) (2018). *Història mundial de Catalunya*. Barcelona: Edicions 62.
- Sahlins, Peter (2017). *1668: The Year of the Animal in France*. New York: Zone Books.
- Skinner, Quentin (1990). *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Subrahmanyam, Sanjay (2014). *Aux origines de l'histoire globale: leçon inaugurale prononcée le 28 novembre 2013*. Paris: Collège de France.
- Wills, John E. (2001). *1688: A Global History*. New York: Norton.

THE OPPORTUNITY AND THE LIMITS OF A GLOBAL HISTORY OF PORTUGAL: A ROUNDTABLE

This debate article brings together three critical reflections on a recent book, dedicated to the global history of Portugal, and on a variety of issues related to the subject.

Keywords: global history, historiography, history of Portugal.



L'OPPORTUNITÉ ET LES LIMITES D'UNE HISTOIRE GLOBALE DU PORTUGAL: TABLE RONDE

Cet article de débat rassemble trois réflexions critiques concernant un livre récent, consacré à l'histoire globale du Portugal, et une variété de questions que le sujet soulève.

Mots-clés: histoire globale, historiographie, histoire du Portugal.